

HABEAS CORPUS Nº 492.934 - MS (2019/0039890-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
VERA REGINA PRADO MARTINS - MS003925
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : CRISTINA RAMIRO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTINA RAMIRO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no julgamento da Apelação n.º 0000819-30.2015.8.12.0024.

Consta dos autos que a Paciente foi condenada à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, pela prática do delito de roubo simples. A sentença condenatória foi ratificada pelo Tribunal de origem, que, por maioria, após julgamento de embargos infringentes, negou provimento ao apelo da Defesa.

No presente *writ*, a Impetrante sustenta que "*não restam dúvidas da precariedade do conjunto probatório para a sustentação da condenação, haja vista que as evidências colhidas se resumem apenas as declarações unilaterais prestadas pela suposta vítima, as quais não foram ratificadas por nenhuma outra prova nos autos*" (fl. 10).

Aduz que o reconhecimento extrajudicial não obedeceu o disposto no art. 226 do Código de Processo Penal, motivo pelo qual tal prova é eivada de nulidade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, a fim de que a Paciente seja absolvida.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, qual seja, o *fumus boni iuris*, notadamente diante das razões apresentadas pelo Juízo de primeiro grau – referendadas pelo Tribunal estadual – para a condenação da Acusada. Confira-se (fl.

122):

"[...] a autoria está estreme de qualquer dúvida, sendo aptas as provas colhidas para sujeitá-la à pretensão punitiva do parquet, senão vejamos.

Embora a acusada tenha negado a autoria na oportunidade em que fora interrogada judicialmente, tal negativa restou isolada do conjunto probatório trazido aos autos, mormente ante os depoimentos e reconhecimentos realizados pela vítima que foram seguros e harmônicos.

A vítima Bruna quando ouvida em juízo, reconheceu pessoal e efetivamente a denunciada como sendo a autora do crime de roubo que a ameaçou por ocasião dos fatos, aliado a isto, e à sinceridade de seu depoimento, descreveu a situação de proximidade única e extrema e a observação dos detalhes narrados quando do diálogo travado entre vítima e denunciada, bem como, foi decidida ao afirmar que quanto à segunda pessoa que entende ter participado do delito não poderia ter certeza de sua identificação pois a referida pessoa encontrava-se mais distante, no entanto, a denunciada estava em sua frente.

Retratou ainda que já viu a denunciada por outras vezes na rua e que esta fica lhe encarando, o que reforça o reconhecimento feito pela vítima, assim como, o fato da denunciada lhe reconhecer, em que pese ter afirmado que nunca tinha visto a vítima antes."

Destaco que esta Corte Superior já decidiu que *"No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento, em que o julgador, desde que de forma fundamentada, pode decidir pela condenação. A modificação das conclusões das instâncias antecedentes acerca da autoria e da materialidade delitiva depende de novo exame de fatos e provas"* (AgRg no AREsp 644.535/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 18/10/2018), inviável no âmbito estreito do *habeas corpus*.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Devidamente instruídos os autos, dispense as informações.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

